

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telefônico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Lúiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tacito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjo

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Dívida Externa Estadual A parte dos Estados e municípios

Pressionados por prefeitos e governadores — os atuais e os eleitos —, os deputados e senadores preparam-se, numa atitude de clara irresponsabilidade política diante da crise que vive o País, para autorizar a rolagem de 70% da dívida externa contraída por Estados e municípios com o aval da União e a vencer em 1991. Esta conta vai atingir US\$ 1,68 bilhão, o que criará novas e sérias dificuldades ao plano de estabilização econômica do governo. O Congresso estará agindo, na prática, como se o combate à inflação fosse problema exclusivo da União e os Estados e municípios fizessem parte de outro país.

Alegam prefeitos, governadores e parlamentares que a União, depois de ter assegurado a rolagem de 100% da dívida das empresas estatais federais, quer agora deixar os Estados e municípios à míngua, exigindo que paguem integralmente sua dívida. Se há os que se encontram à míngua, é porque gastaram sem critério, irresponsavelmente, sobretudo no período pré-eleitoral, e não é justo que agora obriguem a União — isto é, a sociedade como um todo — a pagar a conta da sua leviandade. Não é justo, mas é o que vai acontecer, porque deputados e senadores parecem firmemente decididos a ser mais fiéis a seus interesses paroquiais do que aos interesses maiores do País. Na Comissão Mista de Orçamento, que vota até o final do mês o projeto que fixa as receitas e as despesas do governo para 1991, a rolagem da dívida é considerada fato consumado.

O que seria mais do que lamentável, porque os Estados e municípios não podem mais fugir à responsabilidade de entrar no esforço geral de combate à inflação, inclusive pelo enorme peso que eles têm nessa questão. Aliás, uma das causas das atuais dificuldades por que passa o plano de estabilização econômica é justamente a orgia de gastos de Estados e municípios no período que ante-

cedeu as eleições. E não há, para eles, motivos de queixas, porque, além de terem suas receitas provenientes de impostos protegidas da inflação pela indexação, os recursos de seus tesouros não foram bloqueados pelo Plano Collor, como aconteceu com os ativos financeiros de empresas e particulares.

Além do mais, a reforma tributária da nova Constituição vem garantindo aos Estados e municípios recursos como eles nunca tiveram antes. De janeiro a outubro, o dinheiro transferido a eles pelo Tesouro Nacional chegou a Cr\$ 672 bilhões, o que significou um aumento real, descontada a inflação, de 102% em relação ao total repassado no mesmo período de 1989. De janeiro a agosto, o ICMS rendeu Cr\$ 1,7 trilhão a todos os Estados e municípios (que recebem uma parcela desse tributo). Para se ter uma idéia do que isso representa, esse total equivale a quase toda a arrecadação dos dois maiores impostos federais no mesmo período — o IPI e o Imposto de Renda. Acrescente-se ainda que parte da arrecadação desses dois tributos ainda foi repassada aos governos estaduais e municipais.

Em resumo, a choradeira de governadores e prefeitos não tem nenhuma justificativa e a opinião pública precisa saber disso. Estados e municípios têm todas as condições, sim, de arcar com o pagamento da conta de US\$ 1,68 bilhão de suas dívidas, como quer o governo federal que as avalizou, e que precisa disso para que o seu plano de estabilização econômica tenha êxito. Além disso, Estados e municípios podem e devem dar uma contribuição ainda maior ao combate à inflação, disciplinando seus gastos e orientando melhor seus investimentos, o que não têm feito até agora. E continuarão não fazendo, se o Congresso permanecer alheio ao desafio representado pela crise por que passa o País.